



Prefeitura Municipal de Macaé

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1912/93

Art. 2º -

§ 1º - Os bancos ou suas entidades representativas informarão

ao órgão encarregado das atividades mencionadas nos incisos

§ 2º - O tempo máximo de atendimento

II e III levará em consideração

dos serviços essenciais

mal das atividades bancárias

fonias e transmissão de dados.

Art. 3º - As agências bancárias têm o prazo de 60 (sessenta)

dias para o atendimento

adaptar-se às suas disposições.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ DELIBERA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 4º - O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará

o infrator as seguintes punições:

Art. 1º - Ficam as agências bancárias, no âmbito do Município, obrigadas a colocar à disposição dos usuários, pessoal suficiente no Setor de Caixas para que o atendimento seja efetuado em tempo razoável.

Art. 2º - Para efeito desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento:

Art. 5º - As denúncias dos munícipes, devidamente comprovadas,

I - Até 20 (vinte) minutos, em dias normais;

II - Até 30 (trinta) minutos, em véspera ou após feriados prolongados;

Art. 6º - III - Até 30 (trinta) minutos nos dias de pagamento dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, de vencimento de contas de concessionária de serviços públicos e de recebimento de tributos municipais, estaduais e federais.

Registo nº. A. 1912/93



ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Macaé

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1333/98

Art. 2º -

§ 1º - Os bancos ou suas entidades representativas informarão ao órgão encarregado de fazer cumprir a Lei, as datas mencionadas nos incisos II e III.

§ 2º - O tempo máximo de atendimento referido nos incisos I, II e III levará em consideração o fornecimento normal dos serviços essenciais para manutenção do ritmo normal das atividades bancárias, tais como energia, telefonia e transmissão de dados.

Art. 3º - As agências bancárias têm o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta Lei, para adaptarem-se as suas disposições.

Art. 4º - O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator as seguintes punições:

I - Advertência;

II - Multa que será estipulada através de Decreto do Executivo;

III - Suspensão do Alvará de funcionamento após a 5ª (quinta) reincidência.

Art. 5º - As denúncias dos munícipes, devidamente comprovadas, deverão ser encaminhadas ao órgão municipal competente encarregado de zelar pelo cumprimento desta Lei, concedendo direito de defesa ao banco.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 18 de dezembro de 1998.

SYLVIO LOPES TEIXEIRA